

Finitude, envelhecimento e subjetividade

Finitude, aging and subjectivity

Mariele Rodrigues Correa
Francisco Hashimoto

RESUMO: O objetivo deste trabalho é analisar a relação do homem com a morte e seus desdobramentos na subjetividade e no envelhecimento. Para tanto, recorreu-se a um breve histórico sobre a visão da morte ao longo dos tempos e realizou-se uma análise sobre o processo de envelhecer e morrer de acordo com a lógica de gestão biopolítica. Com a morte e a velhice cada vez mais afastadas dos horizontes da vida, a subjetividade tem sido enfraquecida. Assim, incorporar esses aspectos como parte da existência constitui um dos desafios tanto para o pensamento quanto para a construção de si.

Palavras-chave: Morte; Subjetividade; Envelhecimento.

ABSTRACT: *The purpose of this article is to analyze the relationship of man with death and its deployment in subjectivity and in aging. We did a brief history about the vision of death over time and we did an analysis on the process of aging and dying according to the logic of biopolitical management. With the death and old age increasingly distant from the horizons of life, subjectivity has been weakened. Thus, incorporating these aspects as there is part of one of the challenges both to the thought as to build itself.*

Keywords: *Death; Subjectivity; Aging.*

Viver, envelhecer e morrer. Verbos tão intrinsecamente ligados à existência humana, tão característicos do sujeito, tão “nossos”, tão conectados entre si. Verbos que despertam os mais diferentes sentidos e que impulsionam o homem a agir no mundo, a fim de imprimir uma marca na brevidade da existência finita.

O poeta Manuel Bandeira, ao exaltar os milagres que a vida diariamente produz, nos diz que tudo no mundo é um milagre, menos a morte. Essa senhora tantas vezes malquista e mal dita, no entanto, é celebrada nos versos do poeta, que diz: “Bendita a morte, que é o fim de todos os milagres!”. Essa noção de finitude das coisas que a morte traz em seu bojo é o que, por fim, dá sentido às nossas ações no mundo. Dos milagres finitos da vida, engendramos nossa subjetividade e nosso processo de envelhecimento.

No entanto, ainda que a morte seja algo tão intrínseco à vida, ainda que ela seja uma certeza que acompanha o homem ao longo de toda a sua existência, esse é um tema que desperta temores e representa o limite das pretensões do homem moderno de obter um controle absoluto sobre seu destino. A persistente luta do homem contra a morte o faz buscar, incansavelmente, meios de bani-la de seu universo ou, pelo menos, de enfraquecê-la e retardar suas fatídicas incursões mundanas, como o processo de envelhecer.

No presente trabalho, nosso propósito é nos aproximar da temática da finitude, analisando a relação do homem com a morte nos seus atravessamentos com o envelhecimento e a subjetividade no cenário contemporâneo. Partimos, portanto, de um breve histórico sobre o homem e a morte na primeira parte do artigo. Em seguida, realizaremos uma discussão sobre o distanciamento do sujeito com a finitude e o envelhecimento por meio da estratégia biopolítica. Por fim, propomos tomar a morte como um meio, como um analisador da vida e do processo de envelhecer, como algo que, longe de atentar contra o sujeito, pode potencializar a construção da subjetividade humana.

A subjetividade engendrada pela finitude: breve história sobre a relação do homem com a morte

Compreender o processo de subjetivação, ou seja, de construção de si na contemporaneidade é um exercício de análise que pode ser realizado através de diversos caminhos e possibilidades, seja por meio dos estudos das relações humanas, da

organização familiar, dos afetos, das sexualidades, ou, ainda, por meio das errâncias e fluxos ou paragens e fixações dos homens. É possível, ainda, pensar essa condição a partir dos modos pelos quais o sujeito se relaciona com as diversas instituições que o circundam, como a saúde, o sistema judiciário, a educação, o trabalho e tantas outras.

Essas possibilidades de análise do homem hodierno a que nos referimos trazem em seu bojo o signo da vida, do dinamismo. Construir-se como sujeito implica em realizar diversos movimentos ao longo da existência, estabelecer relações, mudar de espaços físicos, sociais e afetivos, deslocar-se, mobilizar-se no tempo e no espaço. No entanto, neste artigo, tomaremos a construção da subjetividade e do processo de envelhecimento a partir de outro signo, o da morte. Popularmente associada com o fim de tudo, o desaparecimento do homem e “o descanso eterno”, propomos pensar a morte como um dispositivo, um disparador e produtor de procedimentos, de mobilidades, de inquietações.

A análise das expressões da morte e das formas de que o homem se utiliza para lidar com seus mortos são importantes indicadores da postura de uma determinada sociedade diante da “constituição de sua própria identidade coletiva, na medida em que essa integração com a morte e da relação com ela constitui um dos elementos mais relevantes para a formação de uma tradição cultural comum” (Giacoia, 2005, p. 15).

A identidade de um povo, além de se valer de produções culturais como músicas, lendas, folclores, gastronomia, entre outros, também se constrói através das relações dos homens com a figura da morte. É interessante notar o quanto esse fenômeno institui diferentes práticas ao longo dos tempos e das sociedades, sendo um rico material de análise das culturas que se edificam pela matéria-prima da finitude.

Ao percorrermos a literatura que versa sobre a relação histórica do homem com a morte, um dado inevitavelmente nos chama a atenção: a preocupação com o sepultamento dos mortos, que é de longa data, ainda de nossos ancestrais primitivos. De acordo com Morin (1990), no processo de hominização do sujeito, o *homo faber* se destaca pelo uso de ferramentas como uma das vias de acesso à construção da história da civilização. Com tais ferramentas, ainda que rudimentares, esse gênero *homo* intervém no mundo, constrói sua marca sobre ele, atua de modo a se apropriar do que existe no espaço mundano para adaptá-lo a suas necessidades.

No entanto, há que se ressaltar, nesses vestígios primevos de civilização, uma outra característica do gênero *homo* que, como aponta Morin (1990, p. 23), pode ser visto como um

passaporte sentimental, que não é objeto de qualquer metodologia, de qualquer classificação, de qualquer explicação, um passaporte sem visto, mas que contém uma revelação comovente: a sepultura, ou seja, a preocupação com os mortos, ou seja, a preocupação com a morte.

O autor, com base em vários estudos antropológicos, afirma que, desde o homem de Neandertal, foram encontrados registros de sepultamento dos mortos, por vezes até em grupos. Isso nos mostra que tal comportamento não seria apenas instintivo, mas uma forma do pensamento humano que se volta ao fenômeno da morte. Sobre os corpos sem vida eram depositadas várias pedras que cobriam principalmente o rosto e a cabeça. Em um período posterior, colocavam-se junto ao cadáver suas armas e também alimentos. Não se pode afirmar, como alerta o autor, se esse ritual de depositar pedras funerárias era uma forma de proteger o morto dos animais ou de impedir seu retorno à vida, mas é certo que a figura do cadáver despertou sensações que se materializaram em práticas e rituais funerários, onde os mortos não eram simplesmente abandonados, ao menos sem vestígio de algum rito.

Em antigas civilizações também é possível encontrar alguns indícios sobre o cuidado com os mortos. Na antiga Mesopotâmia, os rituais de sepultamento consistiam em enterrar os corpos com tal zelo que o corpo era “cuidadosamente acompanhado de todas as marcas mais distintivas de sua identidade pessoal e familiar, como seus pertences, insígnias e objetos de uso, suas vestimentas e até mesmo de suas comidas prediletas” (Giacoaia, 2005, p. 15). A morte era vista como uma passagem e havia uma preocupação de que nada pudesse atrapalhar a travessia do morto para outro mundo. Os cemitérios localizavam-se junto às cidades, funcionando como elo de comunicação dos vivos e dos mortos. De acordo com Giacoaia (op. cit.), o sepultamento e os cemitérios tinham a função de delimitar as fronteiras entre o mundo da vida e o mundo da morte, cabendo a este último o subterrâneo terrestre.

Já os rituais dos antigos hindus não consistiam no sepultamento, mas na cremação. Não havia a preocupação em preservar a identidade do corpo, como no caso da civilização mesopotâmica, que elevava mausoléus para seus mortos, e sim na consumação do corpo em cinzas, as quais eram lançadas ao vento ou às águas. Esse

ritual “marcava a dissolução integral da existência terrena, a purgação de todos os seus pecados, sendo a vida individual, ela própria, significada como dilaceração da unidade, conflito, delito e transgressão, que deve ser expiada pela morte” (op. cit., p. 16).

O estudo histórico de Phillippe Ariès (1990) sobre a relação do homem com a morte também nos auxilia a compreender algumas transformações dessa relação ao longo dos tempos. Analisando a morte no período da Idade Média, o autor nos relata que ela era presença constante no cotidiano da época, representada nas obras de arte macabras e na difusão de ensinamentos sobre o momento derradeiro. Tida como oportunidade final de arrependimento para alçar a vida eterna, o instante da morte era uma espécie de acontecimento teatral, no qual havia a presença de vários atores (família, crianças, empregados, religiosos) para assistir ao último suspiro e ao pedido de clemência pelos pecados em vida, muitas vezes devidamente pagos pelas indulgências, extrema-unção e missas de encomenda do corpo.

No período da Renascença, de acordo com o autor, começa a haver um pequeno distanciamento dessa relação que parecia tão próxima e íntima na Idade Média. É possível perceber alguns sinais desse ligeiro afastamento a partir da visão que se tinha sobre o momento da morte, das pregações sobre esse tema e a própria construção de cemitérios. Para os religiosos da Renascença, a dedicação à vida eterna no paraíso celeste deveria ser projeto de toda uma existência e não apenas no leito de morte, na encenação da agonia e do arrependimento dos pecados. Para os católicos e protestantes da época, a morte não era a caricatura hedionda e macabra tal como fora vista no final da Idade Média e sua presença no mundo humano passou a se expandir para além do momento derradeiro e do último suspiro.

Nesse sentido, a reflexão sobre a morte, principalmente ao longo dos séculos XVI e XVII, seria objeto do pensamento da vida inteira e não apenas diante da proximidade ou do momento da morte em si. De acordo com Ariès (op. cit., p. 329), “A arte de morrer é substituída pela arte de viver. Nada acontece no quarto do moribundo. Tudo, pelo contrário, é distribuído pelo tempo da vida e em cada dia desta vida”.

Aprender a viver a vida com os olhos da morte, eis o que devia então orientar a existência humana. Para tanto, diversos tratados de religiosidade católica e protestante foram difundidos ao longo dos séculos renascentistas, a fim de ensinar os vivos a meditar sobre a morte, trazendo um novo olhar tanto para o viver quanto para a finitude, no qual o discernimento sobre a fragilidade da vida não deixaria o homem imerso nas

ilusões mundanas, nos prazeres efêmeros. A morte perde seu caráter repulsivo, grotesco e a vida passa a ser uma preparação para o momento derradeiro.

A partir da Renascença, a temática da importância do momento da morte começa a tomar um valor menor, no qual a “meditação agridoce sobre a vida frágil e seu decurso” (Ariès, 1990, p.344) passa a ganhar cada vez mais espaço na existência humana do homem moderno. Essa mudança de atitude do sentimento medieval diante da morte e da vida provoca o que o autor chama de “sentimento de reticências” em relação ao momento da morte, ou seja, um distanciamento discreto diante de uma ocasião outrora tão privilegiada pela cultura medieval. Nas palavras do historiador: “a morte foi então substituída pela mortalidade geral, quer dizer, o sentimento da morte, outrora concentrado na realidade histórica de sua hora, fica de ali por diante diluído na massa inteira da vida e perdia assim sua intensidade” (p.345). Assim, a morte, apesar de fazer parte da existência humana, era um momento distante da vida e de fácil esquecimento.

Esse afastamento do homem renascentista diante da morte pode ser exemplificado com a mudança de localização dos cemitérios nos séculos XVI, XVII e mais intensamente no século XVIII. Com o Concílio de Trento, ocorrido entre 1545 e 1563, a Igreja católica ampliou seu campo de atuação o que, conseqüentemente, demandou uma ampliação de espaço físico também. Assim, cemitérios foram construídos para fora do ambiente específico da igreja, onde normalmente se sepultavam os corpos. Nesse processo, podemos perceber o que Ariès (op.cit.) denomina de “separação topográfica” de ricos e pobres até na morte: os cemitérios localizados nas adjacências ou nas proximidades dos prédios religiosos eram destinados aos ricos; os afastados e em áreas suburbanas eram destinados aos pobres. Ainda hoje é possível perceber tal separação nos cemitérios atuais, nos quais as sepulturas próximas às entradas são demasiadamente mais caras do que as localizadas aos fundos do cemitério. Além disso, em grandes cidades brasileiras, como a capital paulista, existem as necrópoles em áreas nobres e nas periferias e existem necrópoles particulares e públicas.

A mudança da localização dos cemitérios das igrejas para outros espaços físicos também se deu por outras razões. Como a igreja católica foi, cada vez mais, se eximindo da responsabilidade pelo sepultamento dos mortos, o cemitério se transformou, enfim, em um espaço especializado em túmulos. Além disso, em nome da saúde pública e do projeto higienista da modernidade, as necrópoles foram afastadas da cidade e das igrejas

(Reis, 1991). Na cidade de Paris, por exemplo, no ano de 1763, houve um processo de transferência dos cemitérios para fora da cidade, como parte de um projeto de higienização pública. Nos dois últimos séculos do Antigo Regime francês, diversos cemitérios antigos foram destruídos por motivos de política eclesiástica e deram lugar, progressivamente, a novas instalações cada vez mais afastadas do ambiente urbano (Ariès, 1990).

Além das influências das políticas eclesiais na construção de cemitérios, um fator importante a se destacar na relação histórica do homem com a morte é a emergência da ciência na modernidade. O desejo do prolongamento da vida e, quiçá, a obtenção da imortalidade ganham maior acento diante da ascensão da burguesia e do desenvolvimento científico moderno (Illich, 1975). Aos poucos, a ciência médica, cujo ofício era o de preservar a saúde e curar doenças, vai firmando seu domínio sobre a morte e alcança uma nova missão, anunciada por Francis Bacon, ainda no século XVII: a de prolongar a vida. No entanto, como nos alerta Illich (1975), a medicina assumiu para si essa tarefa cerca de um século e meio mais tarde, instigada por uma clientela disposta a retribuir financeiramente os esforços médicos em trazer mais anos à vida:

[...] o novo tipo de cliente é um homem rico, que se recusa a morrer; quer ir até o extremo de suas forças e morrer em plena atividade. Não aceita a morte a não ser que ela o encontre em boa saúde, avançando em idade, mas sempre ativo. (idem, p.173).

A ascensão da classe e da família burguesa, juntamente com o avanço da ciência médica moderna, irá contribuir sobremaneira na mudança da relação do homem com a morte e também com o envelhecimento. A melhoria das condições de vida e de trabalho dos burgueses permitia a esses poucos acumular capital e experiência, restando o trabalho precário das fábricas aos mais pobres, no raiar da Revolução Industrial (ibidem). E é nesse cenário que o trabalho sedentário passa a adquirir prestígio e interesse, sendo essa modalidade cada vez mais reservada aos idosos. Se, em períodos anteriores, os mais velhos não gozavam de um acentuado prestígio social, por serem vistos como um peso, uma responsabilidade a mais para o cuidado familiar, agora a velhice passa a ter um certo valor social, atribuído à sabedoria advinda da acumulação de conhecimento, ao longo da vida, que poderiam ser colocadas a serviço da produção de mais riquezas e acumulação de capital, no exercício da gerência dos negócios.

Com o enriquecimento da classe burguesa, capitaneada pelo patriarca investido por uma aura de saber e experiência, começa a haver uma maior procura pelo saber médico, na tentativa de se prolongar a vida e morrer de uma morte “natural”. Nas palavras de Illich (1975, p.177):

A saúde transforma-se em privilégio de esperar a morte oportuna, quaisquer que sejam os serviços médicos requeridos para esse efeito. A morte medieval havia brandido um sabre. Nas gravuras de madeira, o esqueleto e o espectador riam com desprezo enquanto a vítima recusava a morte. Agora a burguesia se apodera do relógio, indica médicos para dizer à morte se o momento chegou. O século das Luzes atribuía ao médico novo poder, mas sem saber se ele tinha ou não adquirido o domínio das doenças perigosas.

Parece-nos que, enfim, o homem vê uma possibilidade real de driblar a morte, de tentar ludibriá-la e postergá-la, ao confiar no saber médico-científico. O desejo de controlar o tempo e a morte torna-se possível, mediante o pagamento dos honorários médicos e de investimentos em pesquisa, para dominar as “doenças perigosas” e, por consequência, o momento derradeiro. Tal como se fazia antigamente, quando católicos despendiam grandes quantidades em dinheiro como modo de obter indulgências da Igreja, a fim de garantir um lugar ao céu, os homens passaram a ter grandes investimentos financeiros, para garantir um lugar e um tempo extra, na Terra.

Todo esse novo processo gera grandes mudanças na relação do homem com a morte, que, aos poucos, começa a ser expurgada do cenário da vida. Se, da Idade Média até o século XVIII, a morte ainda era companheira dos vivos, essa relação de proximidade foi cada vez mais se desfalecendo. Esse processo se deu de maneira gradativa, com algumas mudanças, às vezes sutis, que Ariès (1990) e Illich (1972) relatam, na forma do homem lidar com a morte, as quais se modificaram mais intensamente no Ocidente, na virada do século XVIII para o século XIX. Inicia-se aqui a era da morte clínica, da medicalização da morte: um processo que tem origem por volta do século XIX e atinge seu ápice na atualidade, produzindo novas significações na relação dos homens com a finitude.

De uma companheira inseparável, ainda que temida, a morte parece estar sendo vítima, com o passar dos tempos e ainda mais acentuadamente na atualidade, daquilo que ela sempre fustigou no homem: sua desapareição. Com o desenvolvimento da ciência

moderna e o prolongamento da vida, arriscamo-nos a dizer que a morte parece estar sendo morta, enterrada junto com a velhice, o sujeito e suas subjetivações.

Subjetividade, envelhecimento e finitude: a estratégia biopolítica e o distanciamento da morte no cenário da vida

A inserção do saber médico-científico na relação do homem com a finitude trouxe novos rumos ao embate entre a vida e a morte. Tal saber veio a ser o principal mediador dessa relação, na qual o especialista enuncia formas de viver guiadas por um discurso competente (Chauí, 1982), que, por sua vez, com seu manancial de novas tecnologias, traz a promessa da desejada longevidade. Assim, aos poucos, tais estratégias vão promovendo um distanciamento do homem com o envelhecimento e, conseqüentemente, com o espectro da morte.

Ainda que a morte seja parte constitutiva da condição humana e presença constante em nossa existência, atualmente ela se configura quase como um tabu, um interdito para o pensamento e para a reflexão coletiva ou individual. Apesar de ela saltar à nossa vista, vez ou outra, desnudada na mídia, assistimos a um momento singular da relação do homem com a morte, na qual ela “está sendo alvo de um enorme dispositivo que a devassa sem piedade, transformando-a em outra coisa” (Leis, 2003). Também a velhice parece padecer desse mal, pois, ainda que a população esteja em franco processo de envelhecimento, temos assistido à produção de uma série de estratégias que visam a amenizar os efeitos do tempo nos corpos. Combatem-se as rugas ainda na juventude, os fios brancos, a improdutividade do tempo livre, a morosidade dos movimentos; enfim, assim como a morte, o processo de envelhecer também se encontra deveras ofuscado e afastado das possibilidades das existências e até do pensamento.

Se, para analisar a sociedade moderna, podemos recorrer às observações de Foucault (1985) acerca da sexualidade, analogamente o fenômeno da morte, assim como o envelhecimento, podem ser tomados como dispositivos para compreender o sujeito contemporâneo, porque é neles que se concentram os processos de visibilidade e camuflagem da condição humana.

Nesse sentido, destacamos os avanços da ciência moderna, que afetaram sobremaneira tanto a organização da vida quanto o gerenciamento da morte. Tomados como objetos de controle estatal e aliados ao saber médico, a biopolítica (Foucault,

1985) transformou a relação do homem contemporâneo com a morte. A estratégia biopolítica é um conceito que se refere à lógica de gestão das populações, baseada no controle e regulação dos corpos, a fim de se investir sobre a vida, sobre o

[...] corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. (Foucault, 1985, p.131).

De acordo com essa lógica de gestão da população, advinda dos séculos XVIII-XIX, o poder não trata mais de reprimir, subjugar, mas incitar e produzir a vigilância, com o objetivo de otimizar as forças vitais a que ele submete. De acordo com Pelbart (2007, p. 22), “[...] esse biopoder não visa a barrar a vida, mas encarregar-se dela, intensificá-la”. Para isso, foram desenvolvidas tecnologias sofisticadas de sujeição e controle das populações, como a educação, a ciência, a saúde, a demografia e tantas outras que se espriam vida afora, penetrando em diversas esferas da existência humana. O poder toma a vida de assalto e invade a subjetividade, a inteligência, a imaginação, o envelhecimento e até a morte, que passam a ser de domínio das ciências, do Estado, da mídia e do capitalismo, por meio de mecanismos anônimos dispersos. Tais mecanismos de poder atuam nas maneiras de ser, de sentir, amar, julgar, envelhecer e morrer.

Nesse sentido, a gestão biopolítica pode ser exemplificada nas estratégias de controle sobre o nascimento, o processo de envelhecer e também sobre a morte. Em nome da qualidade de vida e da promoção de saúde, higienizam-se os corpos e os espaços sociais da cidade, administrando as enfermidades e produzindo corpos saudáveis, funcionais e rentáveis ao sistema econômico (Birman, 2006).

Os grandes fantasmas humanos, que são o envelhecimento, a morte e a doença, são hoje exorcizados pelos mais diferentes discursos especialistas do biopoder. A força política de produção de subjetividade, nesse sentido, se esvai quando capturada pelo discurso do horror do envelhecimento e do superinvestimento no corpo jovem e saudável, matéria-superfície (Correa, 2011).

Se há tempos anos atrás o corpo era submetido às forças do controle disciplinar (Foucault, 1979), atualmente os indivíduos se submetem ao saberes científicos e estéticos de ideal não mais de ego, mas de corpo (Pelbart, 2007). Se antes o foco de

preocupação do homem era sua interioridade psíquica, hoje ele se volta para seu próprio corpo-matéria. Como afirma Pelbart (op. cit., p. 25), “[...] hoje o eu é o corpo. A subjetividade foi reduzida ao corpo, à aparência, a sua imagem, a sua *performance*, a sua saúde, a sua longevidade”.

Assim, o homem contemporâneo não mede esforços para exorcizar os espectros do envelhecimento, da doença e da morte. A produção do discurso científico e o desenvolvimento da tecnologia são tidos como os “salvadores” do corpo frente ao “horror” do envelhecer e do morrer, já que o ideal para muitos é a possibilidade da vivência de uma imortalidade do corpo jovem. A intensa procura pela manutenção da saúde biológica e da aparência esteticamente jovial traz diversas consequências para a subjetividade humana. Ao não entrar em contato com as dimensões constituintes da existência humana, envelhecimento e morte se colocam como interditos ao pensar e à construção de si. Dessa forma, o homem fica imerso em um presente eterno, com o horizonte da morte cada vez mais longínquo.

Assim como o envelhecer, também a morte passou a ser objeto da assepsia médico-científica, em nome do bem-morrer. Nos dias atuais, ela praticamente sai de cena, silenciada nos hospitais e colocada à devida distância em casas fúnebres especializadas responsáveis pelo cuidado e velo dos corpos. Nos Estados Unidos, 80% da população morre dentro dos hospitais, sendo que na década de 1950 esse índice não chegava a 50% (Leis, 2003). Com a morte medicalizada e asséptica, o sujeito é confiado nas mãos de especialistas e de hospitais, sendo mantido distante de seus familiares e pessoas próximas, em um ambiente estranho e muitas vezes impessoal.

É certo que devemos celebrar os avanços da medicina, o prolongamento da vida e a possibilidade de tratamento de uma série de enfermidades. Sem dúvida, o desenvolvimento científico auxiliou de veras na melhoria da qualidade de vida. No entanto, não podemos deixar de assinalar que tais benefícios provocaram uma mudança drástica na relação do homem com a morte. Para Leis (2003, p. 344), “não resta dúvida de que a sociedade moderna separou (ou dicotomizou) os fenômenos da morte e da vida” através dos meios tecnológicos, que afastaram o sujeito do momento derradeiro, criando uma série de procedimentos que mantêm a morte distante, para não incomodar ou afetar indevidamente os homens, transformando esse fato natural em fato artificial.

E assim a morte se afasta cada vez mais da realidade dos indivíduos, um movimento perceptível desde o período da Renascença. No mundo fundamentado na promessa de liberdade para a criação humana, a inevitabilidade da morte biológica era a

maior ameaça para o homem. Combater a morte era o objetivo do homem (ainda o é), mas os esforços despendidos na modernidade foram no sentido de escamotear a morte, mais do que enfrentá-la; foram no sentido de negá-la, mantê-la à distância, ignorá-la, banalizá-la e, com isso, colocar o sujeito ainda mais recuado de si e do seu mundo.

Também o processo de envelhecimento se encontra atravessado por essa visão que se tem sobre a morte. Na divisão da vida humana em diferentes etapas do desenvolvimento, a velhice é colocada como a última fase da vida, restando a morte como etapa posterior. É certo que houve uma série de transformações nos dias atuais que se contrapõem a essa afirmação. Por exemplo, atualmente é comum, em Psicologia do Desenvolvimento, se trabalhar com a noção de ciclo de vida a partir de uma visão psicodinâmica (Eizirik, 2001), na qual o envelhecer e o morrer são vistos como um processo que se dá desde o nascimento. Além disso, a própria ideia de velhice aparece reinventada (Debert, 2004), abrindo margem para a realização de projetos de vida que foram abandonados ao longo do tempo e transformando a concepção de velhice como aquela idade em que apenas se esperava a morte chegar, principalmente a partir da emergência da terceira idade (Correa, 2009). Ainda assim, arriscaríamos a afirmar que a velhice e o envelhecer permanecem como depositários de uma visão da proximidade da morte, mesmo que saibamos que ela pode chegar em qualquer idade da vida. Se assim não fosse, não haveria razão para tanto investimento humano em tecnologias diversas que visam a afastar o homem dos efeitos do envelhecimento e da morte.

A possibilidade de viver mais anos e com maior qualidade de vida é, sem dúvida, uma grande conquista para o homem contemporâneo. É legítimo e é um direito poder ter acesso às tecnologias, saberes e práticas que asseguram a longevidade. Por outro lado, não se pode negar o quanto tais tecnologias transformaram a relação do homem com seu processo de envelhecer e morrer. Se hoje vivemos mais, esse fato se deve às custas das prescrições que a ciência nos propõe. O resultado é que o inimigo invisível, a morte, desapareceu de vista e do discurso. O preço que pagamos é a intensa vigilância e a gestão da vida, a fim de banir a presença da ameaça de morte ou mais precisamente, a fim de avançar as tecnologias de gestão para esse último reduto da humanidade. Tornamo-nos, assim, “inválidos acompanhando a vida nas janelas do hospital” (Bauman, 1998, p.195).

A morte passou a ser assunto de especialistas e não mais do homem comum, do próprio mortal. Ao ser deslocada do campo da experiência imediata do homem, da mundaneidade, e passar para o campo dos sistemas abstratos, dominado pela

racionalidade técnica (Giddens, 1991) e pelo mercado, a morte é colocada um pouco mais à distância do seu companheiro inseparável e predileto: o sujeito. Junto com a morte se vai uma grande, senão a maior, parcela do sujeito e de suas produções.

A morte como meio – e não como fim...

Para concluir, portanto, podemos compreender a construção da subjetividade a partir da morte por meio de alguns analisadores. Primeiramente, a partir da noção de finitude, que propicia sentido à vida e às ações humanas. Como um fenômeno que declara o fim da existência do indivíduo, a morte é temida e muitas vezes execrada socialmente, mantendo-se a devida distância em relação a ela, seja nas práticas de cuidado aos moribundos, no abandono dos mais velhos em instituições de longa permanência, no distanciamento dos cemitérios, na assepsia dos hospitais e na medicalização da morte. Ao longo dos séculos, percebemos que o homem foi se afastando cada vez mais desse fato tão natural e inerente à vida, transformando o momento da morte em algo artificial.

Mas, se por um lado o ser humano tem-se afastado desse fenômeno, por outro há uma espetacularização do morrer, caracterizado pela exibição massiva de corpos sem vida nas diversas mídias diariamente, sendo que muitas vezes tais assassinatos são justificados pelos seus algozes sem pudor algum.

Todo esse pano de fundo nos mostra alguns paradoxos interessantes para analisar a morte, o envelhecimento e a subjetividade do homem contemporâneo. Mantendo a morte distante, nós a vemos transformar-se em uma representação externa a nosso eu (Leis, 2007), não mais como parte constitutiva da vida do ser humano. Se antes a morte do outro despertava a reflexão sobre a própria finitude, hoje recorremos às diversas tecnologias para que ela não perturbe nossa breve existência, seja por meio de medicações psicotrópicas, pela busca da fonte da juventude, pelo prolongamento da vida a qualquer custo etc.

Para a Psicologia e demais ciências que lidam com a vida humana, esse é um campo extremamente fértil de análises, pois lida com sentimentos intensos e contraditórios, do desejo de morrer ao fantasma da finitude, da constituição da subjetividade ao papel social da morte. Cabe ao profissional da área o conhecimento e a sensibilidade para analisar as nuances de um objeto tão complexo.

Nesse jogo de embate entre vida e morte, dificilmente podemos eleger algum vencedor. O desejo de viver intensamente e pelo máximo de tempo possível é mais do que digno para o ser humano. Mas esse desejo não pode estar indissociado da ideia de finitude, de aproximar a morte e o envelhecimento como objetos do pensamento e da reflexão na construção da vida plena. Se, como diz Montaigne, “filosofar é aprender a morrer”, constituir-se como sujeito, subjetivar-se também é incorporar a morte e a velhice como objetos da vida, como sua maior defensora e não sua algoz. Como nos recorda Ariès (1990), “a morte é apenas um meio de viver melhor”...

Referências

- Ariès, P. (1990). *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro (RJ): Francisco Alves.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro (RJ): Zahar.
- Birman, J. (2006). *Arquivos do mal-estar e da resistência*. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira.
- Chauí, M. (1982). *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo (SP): Moderna.
- Correa, M.R. (2009). *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade: velhice e terceira idade*. São Paulo (SP): Cultura Acadêmica.
- _____. (2011). Ensaio sobre a relação do homem com a morte. Tese de doutorado em Psicologia. Assis (SP): Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.
- Debert, G.G. (2004). *A reinvenção da velhice*. São Paulo (SP): Edusp.
- Eizirik, C.L. (Org.). (2001). *O ciclo da vida humana: uma perspectiva psicodinâmica*. Porto Alegre (RS): Artmed.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro (RJ): Graal.
- _____. (1985). *História da sexualidade: v. 1 – a vontade de saber*. Rio de Janeiro (RJ): Graal.
- Giacóia, O.J. (2005). A visão da morte ao longo do tempo. *Revista Medicina*, 38(1), 13-19. Ribeirão Preto (SP).
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo (SP): Editora UNESP.
- Illich, I. (1975). *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira.
- Leis, H.R. (2003). A sociedade dos vivos. *Sociologias*, 5(9), 340-353. Porto Alegre (RS).
- Morin, E. (1990). *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro (RJ): Francisco Alves.

Pelbart, P.P. (2007). A vida desnudada. *In: Greiner, C. & Amorim, C.A. (Orgs.). Leituras da Morte*. São Paulo (SP): Annablume.

Reis, J.J. (1991). *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo (SP): Companhia das Letras.

Recebido em 20/08/2012

Aceito em 30/08/2012

Mariele Rodrigues Correa - Doutora em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação da UNESP/Assis.

Email: marielecorrea@bol.com.br.

Francisco Hashimoto - Doutor em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Livre-Docente em Psicologia pela UNESP/Assis e Docente da Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da UNESP/Assis.

Email: frahas@assis.unesp.br.